IMPORTÂNCIA DE ENSINAR SOBRE A CULTURA AFRO NO ENSINO FUNDAMENTAL I

VANESSA XAVIER DOS SANTOS SILVA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo levantar a importância da cultura africana na formação da cultura do Brasil, descrevendo toda a trajetória e os processos valorosos que teve na formação da sociedade brasileira. Será abordado elementos necessários para fortalecer e promover seus feitos, reconhecendo o desenvolvimento da cidadania e formação crítica, e principalmente, como o ensino da história pode contribuir para essas reflexões. Buscou evidenciar a implementação do estudo da cultura e história afro-brasileira nos anos iniciais do ensino fundamental, demonstrando de que forma tal cultura está tão presente e influi nos costumes brasileiros. Além disso, foi analisada a importância deste ensino para a valorização do negro e, principalmente, a diminuição da prática do racismo em sala de aula. Este trabalho foi realizado por meio de revisão literária narrativa conceitual, buscando fontes em livros, artigos científicos, dissertação, jornais e revistas, de tal maneira que foram feitas as buscas em bibliotecas, bancos de dados e em sites da internet. Também foram realizadas consultas à Legislação Educacional Brasileira. Concluímos, então, que apesar de diversas conquistas para inclusão de tais conteúdos supracitados na educação, a luta para igualdade afro-brasileira ainda não acabou.

Palavras-chave: Ensino da História; Cultura Afro- Brasileira; Diversidade étnico-racial.

ABSTRACT

This article aims to raise the importance of African culture in the formation of Brazilian culture, describing the entire trajectory and the valuable processes it had in the formation of Brazilian society. Elements necessary to strengthen and promote their achievements will be addressed, recognizing the development of citizenship and critical training, and mainly, how the teaching of history can contribute to these reflections. It sought to highlight the implementation of the study of Afro-Brazilian culture and history in the early years of elementary school, demonstrating how such a culture is so present and influences Brazilian customs. In addition, the importance of this teaching for the valorization of blacks and, mainly, the decrease in the practice of racism in the classroom was analyzed. This work was carried out by means of a conceptual narrative literary review, looking for sources in books, scientific articles, dissertation, newspapers and magazines, in such a way that searches were made in libraries, databases and internet sites. Consultations with the Brazilian Educational Legislation were also carried out. We conclude, then, that in spite of several achievements to include such content mentioned in education, the struggle for Afro-Brazilian equality is not over yet.

Keyword: Teaching History; Afro-Brazilian Culture; Ethnic-racial diversity.

INTRODUÇÃO

Pensar na história e na cultura dos africanos e afrodescendentes, é ao mesmo tempo estabelecer um diálogo com a nossa própria história. A história do Brasil aborda uma análise muito rasa sobre a participação do negro e toda a sua trajetória histórica no país, sendo relatado apenas o que se diz respeito do processo de escravidão até a abolição; tornado- o assim invisível historicamente. Estabelece- se uma relação de abandono histórico do personagem negro, uma História do Brasil pensada a partir da ótica do elemento dominador, daquele que estabelece as regras do jogo, sempre favoráveis a ele, ou seja, o branco europeu.

Para a população negra somente resta uma história de sofrimento na escravidão, acompanhada de uma redenção com a abolição assinada pela “Mãe dos Pretos”, a Princesa Isabel. A História do negro é também a História do Brasil e dos brasileiros, pois os negros não vivem isolados da História dos não negros, isso remete a necessidade de se contar a História do Brasil, dos 514 anos do nosso país, com a inserção do negro como personagem da nossa História, passada e presente.

Devemos lembrar que o negro possui uma História que não é apenas recheada de tristezas, lamentações e sofrimento, há também uma História e uma Cultura tão rica como qualquer outra. Devemos conhecer e valorizar, e também como identificar com a própria história do Brasil e com as raízes que formam o nosso povo brasileiro. Conhecer a história dos negros no Brasil, pode ser um instrumento importante para entender que as políticas afirmativas que os negros conquistam hoje, é fruto de toda uma trajetória de luta de mais de 500 anos.

Cientes de sua importância e diversidade o presente artigo foi realizado por meio de revisão literária procurando analisar a inclusão do ensino da cultura africana e afro-brasileira nos anos iniciais do ensino fundamental 1. Deste modo, objetivou-se evidenciar a implementação de tal conteúdo em sala de aula, demonstrando de que forma tal cultura está presente e influência nos costumes brasileiros. Além disso, foi analisada a

importância de tal ensino para a valorização dos negros e a diminuição da prática de racismo em sala de aula.

Ensino da História e Cultura Afro

O ensino de história e cultura afro-brasileira como parte do conteúdo programático, principalmente das aulas de história, de modo a valorizar a contribuição africana para a formação de nosso país, passou a ser assegurado a partir do ano de 1996 pela lei de Diretrizes e Bases da educação. Durante o processo que torna obrigatório a inclusão do conteúdo a ser trabalhado de modo interdisciplinar, foram necessárias à implementação de algumas leis e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que contribuíram para a inclusão do conteúdo nos livros didáticos e para o ensino de tal conteúdo de modo interdisciplinar, incluindo projetos e aperfeiçoamento dos professores em relação a temática.

A contribuição dos africanos para a formação da cultura no Brasil abrange diversas áreas. Na música e na dança destacam-se o samba e a capoeira. Nas influências religiosas temos a Umbanda e o Candomblé. Os principais destaques na culinária são a feijoada, a linguiça e o azeite de dendê. Como exemplo de resistência a situação de suas épocas, destacam-se alguns negros. Dentre esses Chica da Silva, popularmente conhecida como "Cinderela Negra", devido a sua ascensão a burguesia por meio do casamento com um contador de diamantes; Chico Rei, conhecido por sua generosidade e que garantiu aos negros um direito antes exclusivo da burguesia; Dandara dos Palmares, a esposa de Zumbi e conhecida como a heroína dos quilombos; e Zumbi dos Palmares, o herói do quilombo, conhecido por suas habilidades de luta e por sua resistência, morto em 20 de novembro, motivo pelo qual esta data foi escolhida para celebrar o dia Nacional da Consciência Negra.

Um dos principais desafios para trabalhar tal conteúdo em sala de aula é a forma como são tratados os alunos afrodescendentes. Situações de discriminação, preconceito e racismo acontecem com uma frequência maior do que o esperado. Cabe ao professor ter domínio da situação e desconstruir tal preconceito em sala de aula, sendo importante também o apoio da escola para que todos os alunos sejam tratados de mesmo modo, conscientizando a não discriminar ninguém por sua etnia. A luta pela inclusão de tais conteúdos supracitados na educação ainda não acabou. Foram conquistadas diversas vitórias até aqui, mas para garantia de direitos igualitários para estudantes afrodescendentes diversas lutas ainda virão.

O negro no brasil séculos depois

Pergunta-se, muitas vezes, diante do espanto do interlocutor, se após 13 de maio de 1888 o negro deixou de ser um objeto. Vive-se num país onde o negro ficou com os índices mais baixos da sociedade. As cotas raciais são discutidas com o objetivo de atenuar o atraso social. É um bom começo, mas ainda o negro ocupa uma posição na sociedade, de cidadão de segunda classe.

Quando observados os ciclos de crescimento econômico em nosso país, sobressai o conceito de que sempre existiu uma massa de excluídos que não colhia os frutos da riqueza produzida.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica, apesar de ser uma decisão política, repercute no campo da pedagogia e na formação dos professores. Além de assegurar as vagas de negros nas universidades, valorizar sua cultura e paralelamente procurar reparar os prejuízos repetidos durantes séculos no que se refere a identidade e direitos.

Muitas das instituições escolares são colocadas como responsáveis de se isolar da limitada concepção de que os africanos e seus descendentes contribuíram apenas para a formação da nação brasileira, para criar nos alunos a consciência de que não pode existir preconceito e que o negro pobre e mal-vestido, da carteira do lado é nosso irmão, humano e sensível. É um trabalho que se faz também fora da escola, nos vários segmentos da sociedade já tão enraizada nos conceitos de racismo. Para que estas ações sejam devidamente conduzidas é preciso uma educação voltada para as bases da reflexão e do amor ao próximo.

Inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira

O ensino da cultura africana sempre fez parte do conteúdo programático das aulas de História, porém o negro era visto apenas como o escravo, sendo desmerecido por esse ponto de vista pejorativo e preconceituoso. Para que esta situação fosse modificada era necessário a implementação de novas diretrizes e bases que levasse a valorização desta cultura (CARVALHO, 2014).

O primeiro passo foi dado através da lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como lei de diretrizes e bases da educação. Por meio do capítulo segundo são regulamentadas todas as disposições da educação básica, sendo determinado no vigésimo sexto artigo que "O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia" (BRASIL, 1996).

Por meio do artigo supracitado, as relações étnicas raciais passam a ser repensadas. Além do estudo da cultura europeia, já fortemente difundido em sala de aula, torna-se obrigatório o ensino da história africana e indígena, integrantes fundamentais da criação dos costumes e tradições do povo brasileiro. Embora seja evidente o papel fundamental do povo africano na cultura de nosso país, a história destes era contada de um ponto de vista preconceituoso, seguindo a linha do racismo (BORGES, 2015).

Em 9 de janeiro de 2003 passou a vigorar a lei nº 10.639 que tornou obrigatório o ensino da História e cultura afro-brasileira em todas as escolas, desde o ensino fundamental até o ensino médio. Além disso, tal lei criou o Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro em homenagem a morte de Zumbi dos Palmares (BRASIL, 2003).

Para que a cultura africana fosse estudada de forma igualitária quando comparada as outras, foi necessária a implementação da resolução nº1 que entrou em vigor em 17 de junho de 2004. Tal resolução determinava que a temática abordada enfatizasse a importância da contribuição dos africanos e indígenas na construção da História brasileira. Além de promover o aprofundamento de estudos para os professores e incentivar que esses realizassem a criação de projetos relacionados as relações étnicas nas escolas (BORGES, 2015).

A lei citada anteriormente foi alterada em 10 de março de 2008, por meio da lei nº 11.645, que incluem a inserção da temática afro-brasileira em todo o currículo escolar, em especial nas disciplinas de Artes, História e Literatura. Seu artigo primeiro determina que

"O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil" (BRASIL,2008).

A determinação por meio da lei, para que o conteúdo seja ministrado de forma interdisciplinar e as normas estabelecidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, estabelecem um grande avanço. Um dos maiores desafios anteriormente era a presença da história e cultura afro-brasileira nos materiais didáticos distribuídos para as escolas, onde nem todos apresentavam o conteúdo. De acordo com os novos PCN, os livros didáticos devem ser avaliados por um mesmo padrão, nos sistemas nacional e estadual de educação, garantindo que o conteúdo esteja presente e seja sempre aplicado, mesmo que os métodos de ensino sejam variáveis de acordo com o professor que ministra as aulas (BORGES, 2015).

3.1 A lei 10.639/03

Em 09 de janeiro de 2003 o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em uma de suas primeiras ações à frente do governo brasileiro, assinou a Lei nº 10.639, alterando a LDB, Lei 9.394/96, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Assim, o governo federal sancionou em março de 2003 a lei nº 10.639/03, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes curriculares para implementação da mesma (p.06). A lei institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos Africanos no currículo escola nos ensinos fundamental e médio. Problematizar e discutir sobre educação e cultura negra no Brasil é assumir uma postura política, no Brasil no período colonial, os negros eram escravizados, e eram tratados desumanamente, não sabíamos das suas tradições, costumes.

Em muitos textos e nos documentos oficiais produzidos pelo Ministério de Educação e Cultura possível ver que a inclusão do art. 26-A na lei da (LDB), foi decisivo, antes da lei determinava, no parágrafo 4, do artigo 26 que:

4º. O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)

Com a inclusão do artigo 26-A, fica especializado que:

Art.26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes a história do Brasil. 2º Os conteúdos referentes a história e cultura afro-brasileiras e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escola, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)

Com esta nova resolução os africanos, afro-brasileiros, podem de fato se tornarem

protagonistas, sujeitos históricos e sociais de suas histórias, influenciando na educação do Brasil. Tais políticas de ação afirmativa de âmbito educativo tornam-se tentativas de rompimento dos processos de exclusão no interior da escola, através da hierarquização dos saberes escolares e da valorização de determinadas culturas em detrimento de outras. A implementação da lei 10.639/03 visa conseguir contribuir para construção de uma sociedade que respeite e valorize a diversidade humana em suas múltiplas e ricas dimensões, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais que diz o seguinte:

(...) conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para a oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. (2005, p. 12).

Dessa forma surge a necessidade da construção de políticas de inclusão, através da temática da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares. Na escola se pode trabalhar o fortalecimento de identidades e de direitos e que culmina com ações educativas de combate ao racismo e a todo tipo de discriminação. A abordagem dessa temática pode contribuir para a construção de identidades dos diferentes sujeitos:

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõe a sociedade. Nesse sentido, a escola pode de ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 2000 P.32).

Dessa forma, a escola torna-se lugar privilegiado por ser um espaço de função social, onde podem buscar a valorização das singularidades étnicas e sociais dos sujeitos que fazem parte dela. Assim a escola é um ambiente propicio, onde podemos combater as práticas de racismo e discriminação, devendo optar por omitir-se do papel de reproduzir e resinificar seus efeitos.

3.2 Materiais didáticos sobre cultura Afro e Afro-Brasileira.

Para que a lei 10.639/03 seja posta em prática é necessário que as escolas e os educadores tenham acesso a materiais que se adequem à proposta da lei, cabendo também às escolas encontrar um modo de redesenhar as aulas para encaixar os conteúdos exigidos. Para Kabenguele Munanga, professor de sociologia da USP e vice-diretor do Centro de Estudos Africanos da instituição, os livros didáticos no Brasil, ainda não têm uma orientação que realmente contemple as raízes africanas do país. A professora de língua portuguesa, Débora Adão, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Vila Ursolina, de São Paulo, concorda: "Alguns livros até mencionam piadas preconceituosas, o que merece toda a atenção dos pais".

Para atingir os objetivos, devemos organizar a nossa prática pedagógica. Com a nova lei 10.639/03 (sancionada pelo presidente Lula), os conteúdos curriculares de História terão que reorientar o ensino da História da África, dos Africanos e Afro-Brasileiros nos currículos de História, de Literatura e de Educação. Essa não será uma mudança qualquer. Ela exigirá uma revisão do livro didático, devendo contar com a contribuição dos educadores, dos autores, dos movimentos negros, dos editores e do governo. Uma questão fundamental para a redefinição desses novos conteúdos será a construção de um "novo olhar" sobre o negro. (NEVES, 2005, p. 51)

Infelizmente, a instrumentalização para a aplicação dessas políticas não acompanhou a necessidade das instituições de ensino, pois existe ausência de abordagem com profundidade dos conteúdos necessários sobre o assunto, sabe-se que os livros didáticos ainda dão pouco suporte necessário para os educadores, onde possuem limitações quando é preciso falar sobre a História e cultura Afro-Brasileira e Africana em sala de aula.

A Cor da Cultura é um projeto de valorização do patrimônio cultural afro brasileiro e de reconhecimento da história dos negros à sociedade brasileira, o projeto produziu o kit A Cor da Cultura, uma coleção que conta com recursos didáticos complementares, voltados para a formação de educadores das redes públicas, que conta com a parceria de ONGs, que foram credenciadas para serem as formadoras das redes de ensino para utilização do kit A Cor da Cultura, o Kit vem para a formação de profissionais das redes públicas, que destaca conteúdos teóricos atualizados e pertinentes e visa contribuir para a implementação da LDB alterada pela lei 10.639/2003, que tornou obrigatório a história e a cultura africana e afro-brasileira em toda a educação básica (pública e privada). A Fundação Roberto Marinho/Canal Futura criou em 2004 o programa "A cor da cultura". Baseado nos princípios de equidade, respeito às diferenças, pluralidade, diversidade, diálogo e trocas, o seu objetivo é contribuir para a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro, através de formação e acompanhamento de professores e distribuição de materiais, que irá subsidiar o trabalho de educadoras e educadores em sala de aula, ajudando na formação dos novos professores que atuem com competência nesta nova temática da educação.

Multiculturalismo no Brasil

O Brasil é internacionalmente conhecido pela sua diversidade cultural. Seu multiculturalismo deriva principalmente da junção de crenças e costumes trazidos por seus colonizadores europeus, pelos escravos africanos e pela população indígena já nativa no país. Exemplo disso são os costumes específicos de cada região do país, que variam de acordo com aqueles que compõem a maioria da população de cada local. Na região sul a influência europeia, em maioria alemã e italiana, está presente nas festas tradicionais onde ocorre a pisa da uva, nas danças como o fandango, na culinária desde o vinho, o chimarrão até o barreado. Já na região norte, a tradição indígena prevalece, principalmente na culinária em que estão presentes o tucupi e o tacacá, o jambu e vários pratos onde os ingredientes principais são a base de mandioca e peixe, além é claro das festas típicas como o Festival de Parintins que conta a história do Boi-Bumbá de forma alegre e colorida lembrando as danças das tribos indígenas (FRANCISCO, 2017).

A região centro-oeste tem influências da cultura de alguns estados da região sudeste, do Paraguai e da Argentina e dos índios. Na culinária, várias qualidades de peixes que provêm dos rios da região são utilizados, assim como alguns frutos nativos como o pequi. Prevalecem também o arroz carreteiro e a sopa paraguaia, como costumes típicos temos o cururu e o fogaréu. Nas regiões nordeste e sudeste prevalece em grande parte a influência africana, na tradição da congada e na festa de Iemanjá, na dança e na música vem o samba, o batuque, o agogô e a luta da capoeira ao som do berimbau. Na culinária, o azeite da palmeira de dendezeiro, trazida da África, é fortemente utilizado, dentre os pratos principais estão o acarajé, o vatapá, a feijoada, o caruru, a farofa e a linguiça. As crenças religiosas, como a Umbanda e o Candomblé, são também de origem afro-brasileira (FRANCISCO, 2017).

A prevalência da cultura africana nas duas regiões citadas anteriormente pode ser facilmente explicada. Durante o período colonial, a maioria dos escravos eram trazidos para região sudeste para trabalhar nas minas e lavouras, mas alguns destes migravam para a região nordeste, principalmente para a Bahia, e após a alforria se mantiveram nessas regiões com suas famílias. Outro fato relevante para esta explicação, era a localização do Quilombo dos Palmares, em Alagoas, para onde fugiam escravos de diversos locais, já que a captura na região era menos propensa devido ao difícil acesso do local (FERREIRA, 2013).

A diversidade das culturas em nosso país também está presente na miscigenação. Durante o período colonial, mais precisamente no século XVII, os africanos trazidos como escravos vinham de diversas regiões do seu país de origem, podendo ser divididos em dois grupos maiores, Bantos e Sudaneses. A hibridização começou pelos descendentes dos próprios africanos e posteriormente pela mistura destes com os europeus. Este fato pode ser explicado por um costume da época, os senhores da elite branca compravam escravas com quem seus filhos tinham a iniciação sexual, e esta, por muitas vezes, resultava em gravidez, da qual os descendentes ficavam conhecidos como mestiços (FERREIRA, 2013). "Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. De que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de- vento, a primeira sensação completa de homem" (FREYRE, 2001, p. 348).

Outro fator fortemente influenciado pelos afrodescendentes, foi o religioso. Os Bantos trouxeram consigo de seu país os cultos que deram origem ao candomblé de caboclos quando acolhiam os espíritos indígenas, e que posteriormente se transformaram na umbanda. Os feitiços realizados pelos escravos eram famosos, ficaram conhecidos principalmente pelas magias afrodisíacas utilizando de bichos e ervas indígenas, também pelas feitiçarias realizadas com sapos tanto para apressar casamento quanto para acobertar traições das esposas. Já os Sudaneses, em seus cultos uniram as tradições africanas, o catolicismo e o espiritismo, dando origem ao candomblé e a umbanda que até hoje são fortemente praticados (FERREIRA, 2013).

A influência africana teve importantes personalidades, heróis da época, que lutaram por sua liberdade com garra e resistência. Dentre os afrodescendentes mais conhecidos no Brasil, que se tornaram exemplo até os dias atuais podemos destacar Zumbi dos Palmares, Dandara dos Palmares, Chica da Silva e Chico Rei (HERMES, 2017).

Valorização das diversidades

A inclusão do estudo da História e cultura afro-brasileira tem importância significativa na desconstrução do preconceito étnico e racial. O professor tem papel fundamental neste processo, pois a forma como esse aborda a temática e lida com as perguntas confrontantes de seus alunos influi na visão dos mesmos sobre a diversidade cultural (SILVA E FONSECA, 2007). "Exige dos professores sensibilidade, postura crítica e reflexão sobre nossas ações, sobre o cotidiano escolar, sobre as relações sociais e culturais que experienciamos no século XXI" (BORGES, 2015, p.12).

A resolução que implementou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, determina em seu artigo primei-

ro que as instituições de ensino devem estar capacitadas para trabalhar tal temática, principalmente aquelas que tem por papel a formação dos professores, já que estes devem estar visivelmente preparados para abordar este assunto em sala de aula. As mesmas diretrizes por meio de seu artigo terceiro determinam que as instituições de ensino são responsáveis por estabelecer a forma de que a temática deve ser trabalhada, por meio de atitudes e valores, transmitidos por meio dos professores e com apoio e supervisão do sistema de ensino (BRASIL, 2004)

"A atual política curricular atribui ao ensino o papel de formar um novo cidadão, capaz de compreender a história do país e do mundo como resultante de múltiplas memórias originárias da diversidade de experiências humanas em oposição ao entendimento, até então dominante, de uma memória unívoca das elites ou de um passado homogêneo" (BORGES, 2015, p. 12).

O artigo quinto das diretrizes estipula que o professor, além de estar capacitado para ministrar o conteúdo, deve estar preparado para assegurar ao aluno negro os seus direitos e corrigir aqueles que manifestem palavras de desrespeito e discriminação no ambiente escolar. Por meio desse fica claro que além de transmitir os ensinamentos sobre a cultura afro-brasileira é fundamental garantir os direitos dos afrodescendentes e quebrar o preconceito existente. (BRASIL, 2004)

Para melhor compreensão da questão vamos definir as diferenças entre racismo, preconceito e discriminação. Racismo é uma relação de hostilidade a diferentes raças e etnias, considerando a supremacia de apenas uma etnia sobre as demais. Já o preconceito é uma ideia criada sobre determinado assunto antes de conhecê-lo, normalmente associada a aquilo que outras pessoas pensam sobre o assunto, que geralmente leva a intolerância. E, por fim, a discriminação pode ser definida com a quebra da equidade, diferenciação e exclusão de um determinado grupo. Outro fator relevante é determinar também os significados de cor, raça e etnia. Cor é a pigmentação presente na pele, raça é a subdivisão de espécies que apresentam características obrigatoriamente herdadas por todos seus descendentes, no caso da espécie humano existe apenas uma raça, e etnia pode ser definida como um conjunto de características presentes no indivíduo de cada região, dentre esses, o modo de falar, a crença religiosa e suas formas de agir e se vestir (ANDREUCCI, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a cultura e história afro-brasileira fosse tivesse mais espaço entre os conteúdos estudados, principalmente nas aulas de História, foram necessários anos de lutas. A implementação de leis foi fundamental neste processo, pois através delas foram promovidos estudos para o aprofundamento de tal temática pelos professores e incentivada a implementação de projetos escolares de modo que a participação africana no desenvolvimento do Brasil fosse valorizada e reconhecida. Tal participação contribuiu na formação de estilos musicais, na dança, nas crenças religiosas e, principalmente, na culinária.

Alguns negros ainda se destacaram na história do país por serem exemplo de luta e resistência para alcançarem direitos iguais para aqueles de sua mesma etnia, dentre esses, Chico Rei, Dandara dos Palmares e, por fim, Zumbi dos Palmares conhecido por sua bravura e aquele que ganhou como homenagem pelo dia de sua morte a instituição do dia Nacional da Consciência Negra em tal data. Para que o aluno afrodescendente tenha seus direitos assegurados em ambiente escolar é necessário que o professor esteja preparado para lidar com diversos desafios, dentre esses destacando-se o racismo, o preconceito e a discriminação.

Desta forma, conclui-se que a luta pela inclusão de tais conteúdos supracitados na educação ainda não está no fim. Foram conquistadas diversas vitórias até aqui, mas, para o estudo do conteúdo de forma igualitária são necessárias um professor bem-preparado e com apoio da escola para que, deste modo, o aluno negro não seja hostilizado pelas diversas formas de discriminação e possa ser tratado de forma digna e igualitária, ou seja, como os outros estudantes ali presentes.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, H. G. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In.: KARNAL, L. (Org.). História na sala de aula, conceitos, práticas e propostas. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. INCLUSÃO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFROBRASILEIRA E JNDÍGENA NOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR: momento histórico ímpar. 2015. 14 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de História: fundamentos e métodos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, C. (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004.

BRASIL. Lei nº 1390, de 03 de julho de 1951. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Rio de Janeiro, RJ,

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de outubro de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF.

NEVES, Gilberto. A discriminação racial na educação brasileira. In: Revista de Educação Popular, nº 4. Uberlândia: EDUFU, 2005.

SANTOS, Sônia Querinos dos. MACHADO. Vera Lúcia de Carvalho. Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios. Revista Brasileira de Educação, 2007.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva. Ensinar e aprender História no século XXI: em busca do tempo perdido. Campinas: Pairus, 2007.

SILVA, M. A. da; FONSECA, S. G. Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 31, n. 60, p. 13-33, 2010.